ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE PETROPOLIS. Realizada aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quinze, com inicio às 17h38min, com a presença dos seguintes conselheiros: Luciane Bomtempo, Jorgina de Souza Francisco, Fernanda Ferreira, Marilene Cunha, Sâmea Azara, Renato Freixiela, Irma Guizzo, Letícia Cardoso, Lygia Nascimento, Isabel Maia, Roberto Vicente K. Gonçalves, Adriano Cândido e Ana Imbelloni.

Estiveram representadas as seguintes entidades: Afipe, AJA, Amigos da Mata, Creche São Charbel, Casa da Criança, Casa São José das Oblatas, CDDH, Comac, Creche Itamarati, Pestalozzi, Fundação Princesa Isabel, Gaape, Meninos Cantores, Recicla Vida, Lar N.S.das Graças, LBV, Raízes em Liberdade, Seelyg, Creche São Francisco, Creche Santo Antonio, Apae e Sadias.

Estiveram também representados, os Conselhos Tutelares do Centro e Distritos: Ednery, Maria dos Anjos, Tatiana Damaceno e Marise Brand

PRIMEIRO ITEM DA PAUTA – VERIFICAÇÃO DE QUORUM E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

Após verificar que havia quórum com treze Conselheiros no total, e onze com direito a voto, a Presidente Luciane Bomtempo deu início à reunião, solicitando a aprovação da ata do mês de maio, aprovada por todos.

SEGUNDO ITEM DA PAUTA – ANÁLISE E DISCUSSÃO DA LEI º13019/14:

A Presidente Luciane deu início à reunião falando da Lei 13019 de 2014, que é um o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que vem estabelecer normas e regras para o repasse de recursos a entidades e critérios para seleção de parcerias entre o poder Público. Disse que na última reunião solicitou a todas as entidades que sugerissem temas para a pauta, e que este tema foi uma sugestão da Carminha da Creche São Charbel, D. Vera da Afipe também encaminhou alguns assuntos sobre a educação, mas a Conselheira e Secretária de Educação Mônica Vieira, solicitou que o tema ficasse para a próxima reunião, pois gostaria de fazer uma apresentação mais elaborada sobre os questionamentos encaminhados a área da Educação. A Presidente convidou a Secretária de Controle Interno, Rosangela Sthumpf, para falar sobre a Lei.

A Secretária fez uma leitura de vários pontos importantes da lei, cujo prazo para entrada em vigor é 27 de julho de 2015. Disse que a lei estabeleceu um maior rigor ao Controle Interno e externo, também no que diz respeito às prestações de contas com uma importante inovação na lei de improbidade,

aplicando novas condutas a respeito das prestações, impondo um parecer técnico administrativo público com o dever de analisar em profundidade todos os aspectos da parceria e também um novo regime de seleção pública a ser aplicado para estas contratações, sob forma de termo de parceria e termo de fomento. O conselheiro Roberto da Fundação Princesa Isabel se mostrou preocupado com a verba carimbada, que é uma captação da própria entidade. A Secretária Rosangela disse que o Tribunal de Contas não aceita bem as captações diretas, pois entende que no momento que a verba é depositada passa a ser pública, eles estão questionando muito estas captações. A Secretária dirimiu muitas dúvidas das entidades e disse que a lei aplica muitas mudanças, e que será necessário um curso de capacitação para as entidades e o poder público, que também sofrerá muitas alterações. A Presidente se mostrou preocupada com as entidades que tem verba no Fundo, solicitou ao CMDCA para alertá-los a fazerem o uso da verba. A Presidente solicitou a Secretária Rosangela para articular o curso de capacitação o mais breve possível, falou sobre o novo Edital do CMDCA, que por causa desta lei será necessário uma força tarefa para a análise dos projetos, porque o tempo é curto. A conselheira e Secretária da SETRAC Fernanda Ferreira que faz parte da Comissão de Orçamento e Finanças propôs alterar a data para apresentação dos projetos, ficando de 1º a 10 de julho, para a Comissão analisar de 13 a 17 de julho, convocar uma extraordinária para aprovação e após a assinatura do convênio. Foi solicitado à plenária quem poderia fazer parte da comissão mista que irá analisar os projetos. Colocaram-se à disposição os seguintes conselheiros: Jorgina, Marilene, Ana, e Adriano, que irão se juntar à Comissão de Orçamento e Finanças. Informou também que o edital será publicado no dia 1º de julho. A Presidente acha que devemos provocar o CEDCA sobre a nova Lei, que poderá causar um colapso nas entidades, Roberto concorda com a Presidente em fazer um movimento contra as exigências da nova lei, que realmente poderá promover um colapso nas instituições que não conseguirem se adequar a ela, e procurar saber se o Conselho do Estado está fazendo algum movimento contra a lei. Todos os conselheiros presentes concordaram com as alterações das datas do Edital do CMDCA.

A Presidente agradeceu a palestra da Secretária do Controle Interno da Prefeitura, Rosangela Stumpf.

Obs: O resumo da palestra sobre a Lei 13019/14 será anexado nesta ata.

TERCEIRO ITEM DA PAUTA – EDITAL ITAÚ SOCIAL:

A Presidente falou sobre o novo Edital Itaú Social, que mais uma vez está aberto para os conselhos de todo o Brasil, solicitou a Conselheira Fernanda Ferreira, para falar da idéia do projeto de mediação de conflitos para medidas sócio-educativas, que é um encontro dos atores envolvidos, como a Vara da Infância, a criança, o Conselho Tutelar, a pessoa lesada, o CMDCA, e a comunidade, buscando a não judicialização daquele ato infracional, principalmente neste momento que está sendo discutida a redução da maioridade penal. A conselheira Fernanda falou que na Conferência foi aprovado um encaminhamento que o CMDCA promova editais que contemplem projetos que assistam jovens que estejam cumprindo medidas sócio-educativas. Baseado nestas questões o Governo quer apresentar um projeto de mediação em medidas sócio-educativas, ou passar para uma instituição que queira tocar o projeto, como foi o caso da AJA no ano passado. A Presidente Luciane e a vice Presidente, Irmã Irma, fizeram um discurso caloroso sobre a redução da maioridade penal, enfatizaram que há muito desconhecimento, que não há dados que comprovem que o rebaixamento da idade penal reduzirá os índices de criminalidade juvenil e que isso é um retrocesso. Carminha da São Charbel, Ana da Sadias, Isabel do Recicla e Fernanda, concordam que a prevenção é tudo, que é preciso programas sociais educacionais, planejamento familiar, lazer e cursos profissionalizantes. D. Vera da Afipe relatou sobre uma filmagem de uma situação de vandalismo na escola Lúcia de Almeida Braga, que ela ajuda a escola e acha que os alunos do 6º ano, são adolescentes que trazem muitas dificuldades, conflitos e mau exemplo para os menores. A Conselheira Sâmea informou que a educação já tomou conhecimento logo no primeiro dia, e que o adolescente é um ex-aluno. A Presidente solicitou à Sâmea e a Fernanda juntamente com o Conselho Tutelar, para se reunir com a Diretora da escola, tanto a educação quanto a assistência para mediarem sobre este conflito, e alertou a D. Vera para ter cuidado com as imagens que são proibidas de serem divulgadas, pois as crianças e adolescentes têm direito a privacidade/inviolabilidade.

A Presidente perguntou a todos se concordam com formulação da proposta falada. Todos concordaram, e informou que até o dia 15 de julho deveremos convocar uma extraordinária.

QUARTO ITEM DA PAUTA – TRABALHO DAS COMISSÕES:

Comissão de Cadastramento e Registro de Entidades

- A Presidente informou que não houve reunião ou visitas neste mês. As reuniões foram marcadas para os dias 17 e 24 de junho, porem não foram realizados porque apenas dois membros estavam disponíveis, a Presidente parabenizou o representante da entidade Raízes em Liberdade, que a entidade foi muito elogiada pela Comissão de Cadastramento.

Comissão de Acompanhamento do Conselho Tutelar

- A Presidente informou que a comissão recebeu atestado médico do Conselheiro Leandro Américo e do Conselheiro Marcolino que sofreu uma isquemia, e ficará de licença, mas não há um processo administrativo em relação a esta licença, e que será necessária a convocação de outro suplente imediatamente. A Presidente leu a relação dos candidatos aprovados na prova que foi realizada para a eleição do Conselho Tutelar, e informou que será publicada e divulgada. O conselheiro Roberto deu um informe sobre o ofício recebido pelo Ministério Público, que estava engajado na articulação da liberação das urnas eletrônicas, mas no dia 26 de junho foram informados pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que o pedido foi indeferido, mas que não impede a solicitação das urnas de lona. Eles fizeram uma pesquisa com os 92 municípios do estado sobre a quantidade de urnas necessárias, e somente 59 municípios responderam, então seriam necessárias 1477 urnas, e o TRE só possui 1000. Disse que tudo isso está provocando uma grande confusão sobre como os municípios irão realizar a eleição. Roberto alertou que diante estes problemas das urnas, acha que deveríamos diminuir o número de postos de votação. A Presidente informou que o Governo quer democratizar ao máximo esta eleição, que na última, tiveram 32 postos, e acha que não deve diminuir, e que dez postos é muito pouco. Sugeriu ver com a Secretaria de Ciência e Tecnologia um sistema de informatização para a eleição, disse que a Prefeitura enviou ofício ao TRE no dia 15 de maio e que até agora não tiveram resposta, e também foi enviado ao CEDCA. Informou que será reiterado o ofício. A

conselheira Fernanda acha importante fazer um sistema que impedisse o eleitor de votar em mais de um lugar, seria a solução, e que a Comissão concorda em manter os 32 postos, acha que a votação deverá ser mesmo manual. Roberto disse que um programa desse tipo tem que ter a certificação do TRE. A Presidente solicitou ao conselheiro Roberto para levar à Promotoria a idéia do programa de votação, ou só o programa de segurança.

Comissão de Orçamento e Finanças

A Presidente solicitou a plenária à aprovação dos seguintes projetos já aprovadas pela Comissão de Orçamento e Finanças, das seguintes instituições:

- Desenvolvendo habilidades cognitivas e perceptivas em indivíduos com transtorno do espectro autista – GAAPE – Valor: R$ 12.320,00 captação própria.
- Ciranda das Artes – Sadias – Valor: R$ 84.000,00 captação própria.
- Integrando os Saberes – Comac – Valor: R$ 64.000,00 captação própria.

Aprovados por todos.

A Presidente solicitou a plenária à aprovação para as seguintes prestações de contas, já aprovadas pela Comissão.

- Sadias – “Crescendo com a Arte 2” – março a novembro/2014 - Subvenção concedida através do Processo 21807/13.
- Aja – “C3 Ajabites” – fevereiro/14 a janeiro/2015 – Subvenção concedida através do Processo 21808/13.
- Recicla Vida – “Preparando para o futuro” – julho a dezembro/2014- Subvenção concedida através do Processo 3266/14.
- GAAPE – “Desenvolvimento da linguagem funcional e habilidades cognitivas em indivíduos com transtorno do espectro Autista” – fevereiro/2014 a março de 2015 – Subvenção concedida através do Processo 21843/13.

- Terra Santa – "Estimulação Pedagógica" janeiro/2014 a fevereiro de 2015 – Subvenção concedida através do Processo 21844/13.

Aprovados por todos.

Obs. O processo da APAE – está no Jurídico do Gabinete para análise.

Comissão Organizadora da Eleição do Conselho Tutelar

Foi realizada a prova no dia 14/06. Divulgado no dia 22/06, o resultado da prova, assim como as alterações no gabarito.

- Foram 50 questões valendo 1 ponto cada questão;
- Duas questões foram anuladas (36 e 50), para cada questão anulada todos os candidatos ganharam 1 ponto;
- Duas questões tiveram alteração no gabarito (questão 46 – de C para B, questão 49 – de C para D)
- Os recursos para as questões 15, 21, 29, 33, 44 e 47 foram indeferidos;
- **32 candidatos foram aprovados:** 4 com 40 pontos, 1 com 38 pontos, 4 com 37 pontos, 2 com 36 pontos, 2 com 35 pontos, 4 com 34 pontos, 3 com 33 pontos, 1 com 32 pontos, 1 com 31 pontos, 3 com 30 pontos, 3 com 29 pontos, 2 com 27 pontos, 1 com 26 pontos e 1 com 25 pontos;
- **7 candidatos foram reprovados:** 1 com 24 pontos, 2 com 23 pontos, 1 com 22 pontos, 2 com 21 pontos e um com 20 pontos;
- O Curso será realizado nos dias 18 e 19 de julho.

QUINTO ITEM DA PAUTA – INFORMES:

- Foi informado pela Presidente que a Creche Santo Antonio enviou um ofício justificando suas faltas nas reuniões do conselho e solicitando que fossem reconsideradas as faltas da entidade para poder concorrer ao edital, o que foi colocado para a representante que tanto no regimento do CMDCA e no novo edital falam sobre a presença de 60%. A conselheira Fernanda acha importante a freqüência nas reuniões para se interar do que está acontecendo no Conselho. A Presidente encaminhou o ofício para a Comissão de Orçamento analisar, e solicitou que na próxima reunião tragam o parecer.

- O CMDCA recebeu ofício do MP devolvendo os processos que investigam o Conselheiro Tutelar Leandro Américo para que o CMDCA

tome as providências cabíveis, o ofício será remetido à Comissão de Acompanhamento do Conselho Tutelar.

- Foi remetido ao Conselho Estadual CEDCA, o relatório final da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- A conselheira Fernanda informou que falou com o Promotor Dr. Odilon sobre o programa de votação, e ele é favorável.
- Foi solicitada a substituição da suplente do representante da Comac, Ana Schimit Oliveira por Amanda de Oliveira Morais.

SEXTO ITEM DA PAUTA – ASSUNTOS GERAIS:

Solicitado que no dia das reuniões do conselho as entidades evitem comparecer na sede, porque o administrativo está preparando a reunião.

Foi realizada uma ação na Praça D. Pedro sobre o Projeto do CMDCA "Enfrentamento a Drogas na Infância e Adolescência" do Edital Itaú Social, que é executado pela entidade AJA.

O CDDH convidou todos os presentes para participarem do evento da rede de discussão sobre Políticas Publicas aos usuários de drogas, no dia 7/7 às 10 horas no CDDH.

E por não haver mais nada a tratar, a Presidente encerrou a reunião às 20h50min.

LUCIANE MARTINS BESSA BOMTEMPO
Presidente

IRMA GUIZZO
Vice-Presidente

SUELI PORTO AZEVEDO
Secretária